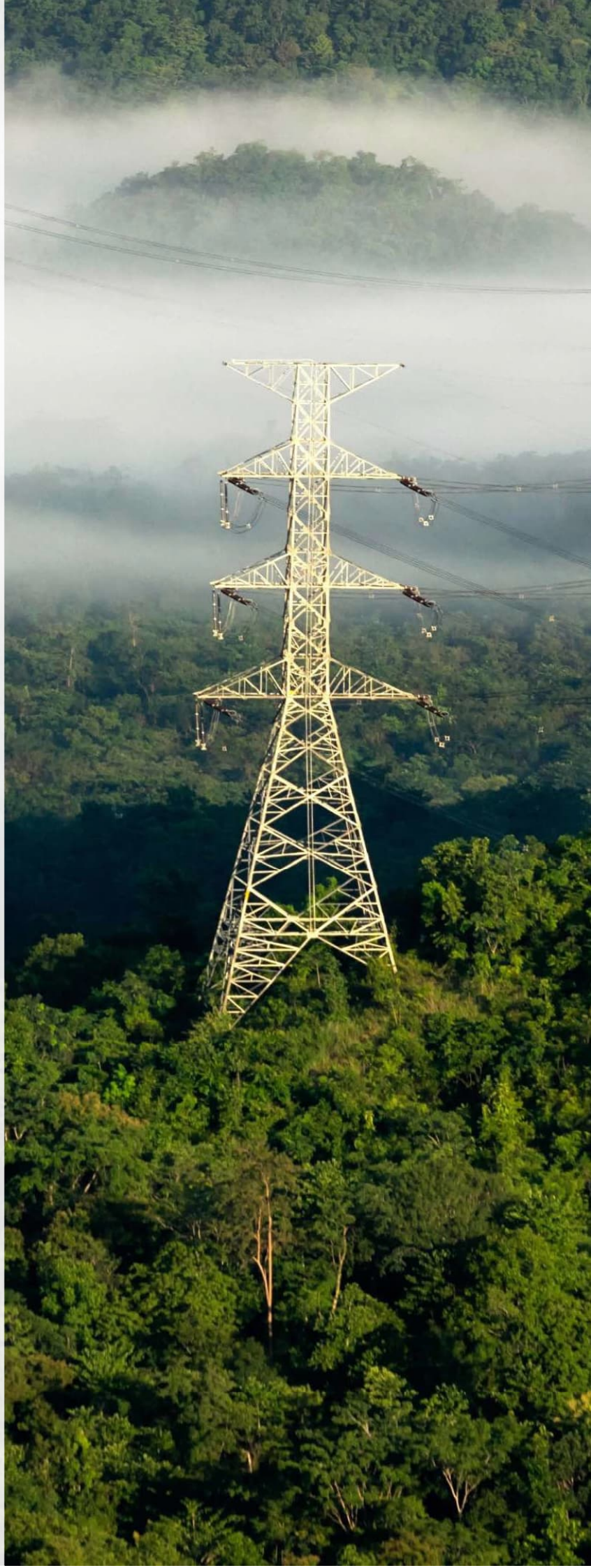


Buritirama Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial
Transmissora 2 SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31
de dezembro de 2025



Buritirama Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	10
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	10
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	10
7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	10
8. IMOBILIZADO.....	15
9. INTANGÍVEL.....	16
10. FORNECEDORES.....	17
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	18
12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	21
13. DIVIDENDOS DECLARADOS.....	21
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
15. PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	24
16. RESULTADO FINANCEIRO.....	24
17. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
18. PARTES RELACIONADAS.....	25
19. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	26
20. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	30
21. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	30
22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	31
23. SEGUROS.....	31
24. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	31



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas da
Buritirama Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Buritirama Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Buritirama Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a grid pattern.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.266	22.168
Investimentos temporários	6	25.061	38.187
Concessionárias e permissionárias	7	16.926	15.193
Tributos compensáveis		6.544	4.773
Serviços em curso		1.293	1.010
Despesas pagas antecipadamente		-	32
Outros ativos circulantes		1.130	1.205
Total do ativo circulante		64.220	82.568
Não circulante			
Investimentos temporários	6	13.806	12.398
Tributos compensáveis		-	6
Imobilizado	8	399.522	411.875
Intangível	9	25.348	25.976
Total do ativo não circulante		438.676	450.255
Total do ativo		502.896	532.823
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	4.335	5.548
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	24.968	25.294
Dividendos declarados	13	1.945	1.713
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		4.409	-
Tributos a recolher		1.109	4.987
Encargos setoriais		1.806	1.519
Outros passivos circulantes		4.872	5.382
Total do passivo circulante		43.444	44.443
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	331.116	352.213
Total do passivo não circulante		331.116	352.213
Total do passivo		374.560	396.656
Patrimônio líquido			
Capital social	14	103.076	94.888
Reserva de incentivos fiscais		41.756	29.502
Reserva legal		20.614	15.837
Reserva de lucros a realizar		200.452	42.499
Dividendos adicionais propostos		-	63.675
Reserva de investimentos e expansão		82.461	56.043
Proventos excedentes da contabilidade societária		(320.023)	(166.277)
Total do patrimônio líquido		128.336	136.167
Total do passivo e patrimônio líquido		502.896	532.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Nota	2025	2024
Receita / Ingresso			
Transmissão de energia		115.236	108.132
Outras receitas		632	-
		<u>115.868</u>	<u>108.132</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(1.904)	(1.906)
Cofins		(8.415)	(8.779)
		<u>(10.319)</u>	<u>(10.685)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.010)	(1.066)
Taxa de fiscalização		(395)	(379)
		<u>(1.405)</u>	<u>(1.445)</u>
Receita líquida / Ingresso líquido		<u>104.144</u>	<u>96.002</u>
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	15	(2.838)	(2.841)
Material		(164)	(78)
Serviços de Terceiros		(3.357)	(3.440)
Arrendamentos e aluguéis		(6)	(2)
Depreciação e amortização		(13.953)	(13.924)
Outros		(177)	(135)
		<u>(20.495)</u>	<u>(20.420)</u>
Resultado da atividade		<u>83.649</u>	<u>75.582</u>
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		8.501	8.036
Despesas financeiras		(29.941)	(33.320)
		<u>(21.440)</u>	<u>(25.284)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>62.209</u>	<u>50.298</u>
Despesas com impostos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição Social	17	(16.673)	(11.866)
Incentivos fiscais	17	12.253	8.719
		<u>(4.420)</u>	<u>(3.147)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>57.789</u>	<u>47.151</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	57.789	47.151
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>57.789</u>	<u>47.151</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva de investimento e expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		94.888	12.452	43.569	20.783	56.043	21.187	(137.006)	-	111.916
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos	13	-	-	-	-	-	(21.187)	-	-	(21.187)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	47.151	47.151
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	14.2	-	-	-	8.719	-	-	-	(8.719)	-
Constituição de reserva legal	14.2	-	3.385	-	-	-	-	-	(3.385)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	-	(643)	(643)
Constituição de dividendos adicionais propostos	13	-	-	-	-	-	63.675	-	(63.675)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2	-	-	(1.070)	-	-	-	-	-	(1.070)
Constituição de reserva para investimento e expansão	14.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos da Contabilidade Societária	14.3	-	-	-	-	-	-	(29.271)	29.271	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		94.888	15.837	42.499	29.502	56.043	63.675	(166.277)	-	136.167
Aumento de capital social	14.1	8.188	-	-	-	(8.188)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2024 distribuídos	13	-	-	-	-	-	(63.675)	-	-	(63.675)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	57.789	57.789
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	14.2	-	-	-	12.254	-	-	-	(12.254)	-
Constituição de reserva legal	14.2	-	4.777	-	-	-	-	-	(4.777)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	-	(1.945)	(1.945)
Constituição de reserva de lucros a realizar	13	-	-	157.953	-	-	-	-	(157.953)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	14.2	-	-	-	-	34.606	-	-	(34.606)	-
Proventos da Contabilidade Societária	14.3	-	-	-	-	-	-	(153.746)	153.746	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		103.076	20.614	200.452	41.756	82.461	-	(320.023)	-	128.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		57.789	47.151
Ajuste para:			
Amortização do imobilizado e intangível		13.953	13.920
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas		25.834	27.078
Rendimentos de aplicações financeiras		(6.530)	(7.867)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)		4.420	3.147
		<u>95.466</u>	<u>83.429</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos e passivos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(1.733)	(2.067)
Tributos compensáveis		(1.765)	5.549
Serviços em curso		(283)	(750)
Despesas pagas antecipadamente		32	(25)
Outros ativos circulantes		75	(423)
Fornecedores		(1.213)	626
Tributos a recolher		(692)	133
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(493)	-
Encargos setoriais		287	317
Outros passivos		(563)	2.540
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>89.118</u>	<u>89.329</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.658)	-
Pagamentos de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	16	(24.157)	(27.396)
Rendimentos de aplicações financeiras		2.263	7.867
		<u>(24.552)</u>	<u>(19.529)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>64.566</u>	<u>69.800</u>
Atividades de investimentos			
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	8	(966)	(1.009)
Aquisições no ativo intangível	9	-	(11)
Resgate de aplicações financeiras		15.986	(3.688)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		<u>15.020</u>	<u>(4.708)</u>
Atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(23.100)	(20.326)
Dividendos pagos	13	(65.388)	(22.775)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(88.488)</u>	<u>(43.101)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.902)</u>	<u>21.991</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes a caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.168	177
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.266	22.168
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.902)</u>	<u>21.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Buritirama Transmissora de Energia S.A (“Buritirama”, “Companhia” ou “Outorgada”), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.497/0001-32 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Catete, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II – Buritirama C1, em 500(*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(*) kV.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção IPCA
			2025-2026	2024-2025	
008/2017	30 anos	02/2047	107.467	102.039	IPCA

(*) Não auditado.

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) nº 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia no ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, RAP de R\$ 107.467.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,38% a RAP.

1.1 Contrato de concessão

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 - ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Buritirama Transmissora de Energia S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.547/2019, com validade até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O processo de renovação está em andamento, sendo que a solicitação realizada dentro do prazo regulamentar garante a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas Demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3 Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME" ou "Poder Concedente"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL" ou "Órgão Regulador").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão Regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 19 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 27 de abril de 2026.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

4.4 Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	988	46
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	7.273	22.122
Operações compromissadas	5.005	-
Total	<u>13.266</u>	<u>22.168</u>

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente a 97,99% a.a. do CDI (102,71% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Investimentos temporários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	25.061	38.187
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	13.806	12.398
Total	<u>38.867</u>	<u>50.585</u>

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia apresentou rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 98,88% a.a. do CDI (94,90% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer	10.719	10.474
Saldos vencidos		
90 dias	331	890
de 91 a 180 dias	553	553
de 181 a 360 dias	153	1.073
acima de 361 dias (a)	5.170	2.203
Total (b)	16.926	15.193

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu recebimento, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão						
Máquinas e Equipamentos	454.263	-	454.263	(65.070)	389.193	402.138
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	8.651	-	8.651	(1.110)	7.541	7.831
Veículos	591	-	591	(273)	318	402
Terrenos	377	-	377	-	377	377
Subtotal	463.882	-	463.882	(66.453)	397.429	410.748
Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	487	119	606	-	606	487
Máquinas e Equipamentos	(1.209)	847	(362)	-	(362)	(1.209)
Adiantamentos a Fornecedores	1.849	-	1.849	-	1.849	1.849
Subtotal	1.127	966	2.093	-	2.093	1.127
Total do imobilizado	465.009	966	465.975	(66.453)	399.522	411.875

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		463.882	(66.453)	397.429	410.748
Custo Histórico	3,43%	463.882	(66.453)	397.429	410.748
Em Curso					
Transmissão		2.093	-	2.093	1.127
Custo Histórico		2.093	-	2.093	1.127
Total do imobilizado		465.975	(66.453)	399.522	411.875

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos e edificações, obras e benfeitoras	228	738	966
Total das adições	228	738	966

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	10.09%
Estrutura Geral	2,92%
Condutor de Sistema	2,70%

9. Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão					
Servidões	23.742	23.742	-	23.742	23.742
Softwares	3.066	3.066	(2.202)	864	1.478
Outros	433	433	(126)	307	321
Subtotal	27.241	27.241	(2.328)	24.913	25.541
Intangível em curso	Valor bruto em 2024	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão					
Outros	397	397	-	397	397
Subtotal	397	397	-	397	397
Administração					
Softwares	38	38	-	38	38
Subtotal	38	38	-	38	38
Total do intangível	27.676	27.676	(2.328)	25.348	25.976

10. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais e serviços	4.322	5.536
Encargos de uso da rede elétrica	13	12
Total	<u>4.335</u>	<u>5.548</u>

O saldo de fornecedores R\$ 4.335 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.548 em 31 de dezembro de 2024), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 37 dias (38 dias em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 não existe posição em abeto de fornecedores – risco sacado (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024).

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

11.1 Abertura dos empréstimos, financiamentos e debêntures

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
BNB	1.078	17.211	288.283	306.572	Sim	jun/18	Aval/Fiança	IPCA	2,08%	15/01/26	Mensal	15/01/2026	15/07/38	Mensal	SAC
1ª Emissão de Debêntures	1.161	5.840	45.507	52.508	Sim	fev/19	Fidejussória	IPCA	4,85%	15/01/26	Semestral	15/01/2026	17/01/33	Semestral	Outro, especif. no cronograma
Custo de Captação - Debêntures	-	(194)	(1.194)	(1.388)	Sim	fev/19	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/2026	17/01/33	N.A.	N.A.
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	-	(128)	(1.478)	(1.608)	Sim	ago/20	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/2026	15/07/38	N.A.	N.A.
Total	2.239	22.729	331.116	356.084											

11.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							Total
	2027	2028	2029	2030	2031	2032+		
BNB	18.646	19.622	20.657	21.754	22.912	184.692	288.283	
1ª Emissão de Debêntures	6.165	7.169	7.007	6.789	7.760	10.617	45.507	
Custo de Captação - Debêntures	(194)	(196)	(196)	(197)	(198)	(213)	(1.194)	
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	(128)	(128)	(128)	(128)	(128)	(840)	(1.480)	
Financ. / Emprést. / Debêntures - Moeda Nacional	24.489	26.467	27.340	28.218	30.346	194.256	331.116	

11.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	38.327	13.806	52.133	72.753
Caixa e aplicações financeiras	988	-	988	46
Aplicação financeira CDB	7.273	-	7.273	22.122
Operações Compromissadas	5.005	-	5.005	-
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	13.266	-	13.266	22.168
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	25.061	-	25.061	38.187
Aplicação financeira - Recursos vinculados (não circulante)	-	13.806	13.806	12.398
Investimentos temporários - subtotal	25.061	13.806	38.867	50.585

11.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida Bruta	2.239	22.729	331.116	356.084	377.507
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.078	17.079	286.805	304.962	322.013
Debêntures Moeda Nacional	1.161	5.646	44.311	51.118	55.494
(-) Ativos Financeiros	-	(38.327)	(13.806)	(52.133)	(72.753)
Alta Liquidez	-	(38.327)	(13.806)	(52.133)	(72.753)
(+) Dívida Líquida I	2.239	(15.598)	317.310	303.951	304.754

11.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants não financeiros*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

- Debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às Demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2025; e
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às Demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,15
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,18

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida e EBITDA, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações têm por objetivo dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

12. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 656 (R\$ 624 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

	2025	2024
Tributário	656	624
Total	656	624

13. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	211.536	76.422
(-) Reserva legal	(4.778)	(3.385)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.254)	(8.719)
Lucro líquido ajustado	194.504	64.318
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios	1.945	643
Dividendos adicionais:		
Realização da reserva de lucros a realizar	-	1.070
Dividendos adicionais propostos	-	63.675
Total dividendos	1.945	65.388

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.588
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	21.187
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	643
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.070
Pagamento de dividendos no exercício	(22.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.713
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	63.675
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	1.945
Pagamento de dividendos no exercício	(65.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.945

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a parcela do lucro destinada para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte da Companhia.

Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 103.076 (R\$ 94.888 em 31 de dezembro de 2024) representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 27 de maio de 2025, conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada a integralização de capital oriundos da Reserva para Investimento e Expansão da Companhia no valor de R\$ 8.188.

14.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(a)	41.756	29.502
Reserva legal	(b)	20.614	15.837
Reserva de lucros a realizar	(c)	200.452	42.499
Reserva para investimento e expansão	(d)	82.461	56.043
Reserva de dividendos adicionais propostos		-	63.675
Proventos excedentes da contabilidade societária	14.3	(320.023)	(166.277)
Total		<u>25.260</u>	<u>41.279</u>

(a) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro líquido decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 41.756 (R\$ 29.502 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 12.254 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025 (R\$ 8.719 no exercício de 2024).

(b) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal correspondia a R\$ 20.614 (R\$ 15.837 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela do lucro societário do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R\$ 200.452 (R\$ 42.499 em 31 de dezembro de 2024). No exercício de 2024 houve realização da reserva no montante de R\$ 1.070 (R\$ 1.107 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido societário do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva para investimento e expansão era de R\$ 82.461 (R\$ 56.043 em 31 de dezembro de 2024).

14.3 Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

15. Pessoal e administradores

Pessoal	2025	2024
Remuneração	(1.604)	(1.552)
Encargos	(395)	(361)
Previdência privada - Corrente	(17)	(18)
Participação nos lucros – PLR	(395)	(456)
Outros benefícios – corrente	(269)	(127)
	<u>(2.680)</u>	<u>(2.514)</u>
Administradores	2025	2024
Remuneração	(158)	(325)
Encargos	-	(2)
Total	<u>(2.838)</u>	<u>(2.841)</u>

16. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	8.794	6.961
PIS/COFINS sobre receita financeira	(415)	(386)
Variação monetária da dívida	-	121
Outras receitas financeiras	122	1.340
Total de receitas financeiras	<u>8.501</u>	<u>8.036</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(22.496)	(24.367)
Variação monetária da dívida	(2.264)	(2.832)
Despesas Financeiras com P&D	(15)	52
Outras despesas financeiras	(5.166)	(6.173)
Total de despesas financeiras	<u>(29.941)</u>	<u>(33.320)</u>
Resultado financeiro	<u>(21.440)</u>	<u>(25.284)</u>

17. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.209	50.298
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(21.151)	(17.101)
Incentivos fiscais (a)	12.253	8.719
Ativo contratual - CPC 47	4.478	5.235
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(4.420)</u>	<u>(3.147)</u>

18. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	93	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	130	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	51	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	57	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	186	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)		-	-	15	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	211	-
Total		-	-	743	-
Outras contas a receber*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	25	59
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	33	72
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	8	21
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	10	29
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	11	31
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)		-	-	3	7
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	27	34
Barreiras Transmissora De Energia S.A.		-	-	139	410
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	180	572
Jaíba Transmissora De Energia S.A.		-	-	36	76
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	15	34
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.		-	-	17	36
Tapajós Transmissor de Energia S.A.		-	-	35	67
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)		-	-	-	-
Total		-	-	539	1.448
Fornecedores*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.		-	-	-	-
Total		-	-	-	-
Outras contas a pagar*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(47)	(206)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(23)	(105)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(15)	(40)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(9)	(34)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	(16)	(35)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)		-	-	(4)	(11)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(44)	(66)
Barreiras Transmissora De Energia S.A.		-	-	(115)	(296)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	(55)	(116)
Jaíba Transmissora De Energia S.A.		-	-	(315)	(1.339)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	(23)	(29)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.		-	-	(6)	(9)
Tapajós Transmissor de Energia S.A.		-	-	(35)	(60)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.		-	-	(1.109)	(3.895)
Total		-	-	(1.816)	(6.241)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	(1.945)	-	(1.713)	-
Total		(1.945)	-	(1.713)	-

(c) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025 e 2024. A variação está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar.

(*) Os saldos de contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar foram liquidados no exercício de 2025 em virtude da troca de controle acionário da Companhia, fazendo com que as entidades em questão não sejam mais partes relacionadas.

18.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com quatro membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 158 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

18.2 Garantias e fianças

A Verene S/A. (1), controladora indireta e a Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora direta, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos e debêntures, e sem ônus nas apólices de seguros, abaixo listados:

Moeda Nacional (R\$)	Garantias
Banco do Nordeste	Fiança Bancária + Conta Reserva

(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. Houve distrato do contrato de remuneração de aval em 26/05/2025.

19. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco patrimonial

Ativo	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		13.266	-	13.266	22.168	-	22.168
Investimentos temporários		25.061	-	25.061	38.187	-	38.187
Concessionárias e permissionárias		16.926	-	16.926	15.193	-	15.193
Tributos compensáveis		6.544	-	6.544	4.773	-	4.773
Serviços em curso		1.293	-	1.293	1.010	-	1.010
Despesas pagas antecipadamente	19.2	-	1.849	1.849	32	1.817	1.849
Ativos de contratos	19.1	-	108.074	108.074	-	112.642	112.642
Outros ativos circulantes		1.130	-	1.130	1.205	33	1.238
Total do ativo circulante		64.220	109.923	174.143	82.568	114.492	197.060
Não circulante							
Investimentos temporários		13.806	-	13.806	12.398	-	12.398
Tributos compensáveis		-	-	-	6	-	6
Imobilizado	19.3	399.522	(399.522)	-	411.875	(411.875)	-
Intangível	19.4	25.348	(25.041)	307	25.976	(25.655)	321
Ativos de contratos	19.1	-	931.474	931.474	-	677.158	677.158
Total do ativo não circulante		438.676	506.911	945.587	450.255	239.628	689.883
Total do ativo		502.896	616.834	1.119.730	532.823	354.120	886.943
Passivo							
		2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		4.335	-	4.335	5.548	-	5.548
Empréstimos, financiamentos e debêntures		24.968	-	24.968	25.294	-	25.294
Dividendos declarados		1.945	-	1.945	1.713	-	1.713
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		4.409	-	4.409	-	-	-
Tributos a recolher		1.109	-	1.109	4.987	(46)	4.941
Encargos setoriais		1.806	-	1.806	1.519	-	1.519
PIS e COFINS diferidos	19.6	-	4.543	4.543	-	3.295	3.295
Outros passivos circulantes		4.872	-	4.872	5.382	44	5.426
Total do passivo circulante		43.444	4.543	47.987	44.443	3.293	47.736
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		331.116	-	331.116	352.213	-	352.213
Tributos diferidos	19.6	-	200.653	200.653	-	114.789	114.789
PIS e COFINS diferidos	19.6	-	91.615	91.615	-	69.761	69.761
Total do passivo não circulante		331.116	292.268	623.384	352.213	184.550	536.763
Patrimônio líquido							
Capital social		103.076	-	103.076	94.888	-	94.888
Reserva de incentivos fiscais		41.756	-	41.756	29.502	-	29.502
Reserva legal		20.614	-	20.614	15.837	-	15.837
Reserva de Lucros a Realizar		200.452	-	200.452	42.499	-	42.499
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	63.675	-	63.675
Reserva de Investimentos e Expansão		82.461	-	82.461	56.043	-	56.043
(Prejuízos) excedentes da contabilidade societária	20	(320.023)	320.023	-	(166.277)	166.277	-
Total do patrimônio líquido		128.336	320.023	448.359	136.167	166.277	302.444
Total do passivo e patrimônio líquido		502.896	616.834	1.119.730	532.823	354.120	886.943

Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita / Ingresso							
Transmissão de energia		115.236	(115.236)	-	108.132	(108.132)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	354.845	354.845	-	118.629	118.629
Receita de O&M		-	10.139	10.139	-	9.335	9.335
Outras receitas		632	-	632	-	18.684	18.684
		<u>115.868</u>	<u>249.748</u>	<u>365.616</u>	<u>108.132</u>	<u>38.516</u>	<u>146.648</u>
Tributos							
PIS-PASEP		(1.904)	(4.121)	(6.025)	(1.906)	-	(1.906)
Cofins		(8.415)	(18.981)	(27.396)	(8.779)	-	(8.779)
		<u>(10.319)</u>	<u>(23.102)</u>	<u>(33.421)</u>	<u>(10.685)</u>	<u>-</u>	<u>(10.685)</u>
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.010)	-	(1.010)	(1.066)	-	(1.066)
Taxa de fiscalização		(395)	-	(395)	(379)	-	(379)
		<u>(1.405)</u>	<u>-</u>	<u>(1.405)</u>	<u>(1.445)</u>	<u>-</u>	<u>(1.445)</u>
Receita líquida		<u>104.144</u>	<u>226.646</u>	<u>330.790</u>	<u>96.002</u>	<u>38.516</u>	<u>134.518</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>104.144</u>	<u>226.646</u>	<u>330.790</u>	<u>96.002</u>	<u>38.516</u>	<u>134.518</u>
Custos Gerenciáveis	19.7						
Pessoal e administradores		(2.838)	-	(2.838)	(2.841)	-	(2.841)
Material		(164)	-	(164)	(78)	20	(58)
Serviços de Terceiros		(3.357)	(967)	(4.324)	(3.440)	(1.038)	(4.478)
Arrendamentos e aluguéis		(6)	-	(6)	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	19.5	(13.953)	13.933	(20)	(13.924)	13.910	(14)
Outros		(177)	-	(177)	(135)	(6)	(141)
		<u>(20.495)</u>	<u>12.966</u>	<u>(7.529)</u>	<u>(20.420)</u>	<u>12.886</u>	<u>(7.534)</u>
Resultado da atividade		<u>83.649</u>	<u>239.612</u>	<u>323.261</u>	<u>75.582</u>	<u>51.402</u>	<u>126.984</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		8.501	-	8.501	8.036	-	8.036
Despesas financeiras		(29.941)	-	(29.941)	(33.320)	-	(33.320)
		<u>(21.440)</u>	<u>-</u>	<u>(21.440)</u>	<u>(25.284)</u>	<u>-</u>	<u>(25.284)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>62.209</u>	<u>239.612</u>	<u>301.821</u>	<u>50.298</u>	<u>51.402</u>	<u>101.700</u>
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social		(16.673)	-	(16.673)	(11.866)	-	(11.866)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	19.6	-	(85.865)	(85.865)	-	(22.131)	(22.131)
Incentivos fiscais		12.253	-	12.253	8.719	-	8.719
		<u>(4.420)</u>	<u>(85.865)</u>	<u>(90.285)</u>	<u>(3.147)</u>	<u>(22.131)</u>	<u>(25.278)</u>
Lucro líquido do exercício	21	<u>57.789</u>	<u>153.747</u>	<u>211.536</u>	<u>47.151</u>	<u>29.271</u>	<u>76.422</u>

19.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 1.039.548 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 789.800 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

19.2 Despesas pagas antecipadamente

O ajuste de despesas pagas antecipadamente é de R\$ 1.849 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.817 em 31 de dezembro de 2024). As despesas pagas antecipadamente são efetuadas para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória as mesmas são classificadas no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, as despesas pagas antecipadamente ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estas irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que essas despesas são baixadas, gerando essa diferença entre os balanços.

19.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 399.522 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 411.875 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos financeiros de concessão e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se a estrutura vigente no manual do regulador, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado e intangível.

19.4 Intangível

O ajuste de R\$ 25.041 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.655 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

19.5 Depreciação e amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo intangível e passam a ser amortizados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) /OCPC05 a partir do início da concessão.

19.6 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 200.653 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 114.789 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 96.158 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 73.056 em 2024), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção e remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

19.7 Receita e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

20. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	448.359	302.444
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) (a)	(320.023)	(166.277)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>128.336</u>	<u>136.167</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

21. Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	211.536	76.422
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(153.747)	(29.271)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	<u>57.789</u>	<u>47.151</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

22.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.945
Total	<u>1.945</u>

22.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	322.013	(16.359)	(21.525)	20.836	304.965
Debêntures	55.494	(6.741)	(2.632)	4.998	51.119
Dividendos	1.713	(65.388)	-	65.618	1.945
Total	<u>379.220</u>	<u>(88.488)</u>	<u>(24.157)</u>	<u>91.452</u>	<u>358.029</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

23. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data da vigência dos principais seguro contratados em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

(a) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Equatorial Transmissão S.A, sua controladora.

24. Eventos subsequentes

- Pagamento de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.263 mil referentes aos juros e de R\$ 3.295 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, série única das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

Diretoria

José Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato
Diretora

Artur Fabiano Marques,
Diretor

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto
Diretor

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O